



MEMÓRIA

EM CONSTRUÇÃO

Ano II - Nº 9 - dezembro de 2006

O passado é sempre presente

Mario Quintana

“Sonhos de Einstein” é um livro de ficção, escrito pelo jornalista Alan Lightmann, que usa conceitos relacionados às categorias tempo, espaço e memória pensados a partir da teoria da relatividade. É um conjunto de histórias sobre diversas cidades, nas quais o tempo acontece de formas as mais variadas. Em uma delas, as pessoas ficam presas durante

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul trabalhou este ano que se encerra no sentido de aprofundar pesquisas e reflexões sobre a preservação da memória do Direito e da Justiça do Trabalho, tanto em nível regional quanto em nível nacional, participando em eventos como uma reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (Coleprecor), do II Encontro Nacional de Arquivos Judiciais e promovendo o I Encontro da Memória da Justiça do Trabalho, realizado em Porto Alegre, nos dias 6 e 7 de novembro de 2006. Também foram desenvolvidas inúmeras atividades de catalogação e preservação de acervo, como a conclusão do projeto de parceria com a

Universidade Federal de Pelotas e o início de projetos em Guaíba e Santa Maria.



Rogério Ramos, Kátia Kneipp e Milene da Fontoura, artistas da exposição “Documento é Legal”

A Comissão do Memorial e a equipe de pesquisadores desejam a todos os juizes, servidores, partes, advogados e demais trabalhadores na instituição um feliz natal e um ano novo pleno de construções de memórias coletivas, das quais dependem as existências das vidas humanas e das demais espécies de vida habitantes do Planeta Terra.

Afinal, memória não é só lembrança, memória é esperança.

Final de ano sempre é época de balanço e reflexões, destacamos algumas das atividades do Memorial no ano que finda:

Fevereiro: Passou a integrar a comissão coordenadora do Memorial a Juíza Titular da Vara de Guaíba, Juíza Anita Job Lübbe, idealizadora do Centro de Memória Regional em Guaíba.



O Presidente do TRT-RS, Juiz Denis Marcelo de Lima Molarinho, entre as Juízas Anita Job Lübbe e Magda Barros Biavaschi, da Comissão do Memorial

Abril: Inauguração da exposição “Documento é Legal” com obras de Kátia Kneipp, Rogério Ramos e Milene T. da Fontoura.

Julho: Participação no Coleprecor da comissão coordenadora do Memorial, juízas Magda Biavaschi e Anita Lübbe, com a apresentação de estudos realizados pelo Memorial sobre o acervo da Justiça do Trabalho e os Memorials.

Agosto: Passou a integrar o Memorial a servidora Kátia Kneipp, com formação em Direito, experiência em artes plásticas.

Outubro: Conclusão da parceria entre o TRT e a UFPel, com a transferência de processos trabalhistas de Pelotas, da década de 1940 até 1991, para o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Novembro: Realização do I Encontro da Memória da Justiça do Trabalho com a presença de representantes de sete Tribunais Regionais do Trabalho e TST.



Encontro sobre Memória da JT teve a participação do TST e de sete Regionais do Trabalho

grande parte da vida à saudade surgida com um trauma da perda de um ente querido e, depois disso, não conseguem mais se comunicar; em outra cidade, as pessoas se encontram, se apaixonam, mas se movem em tempos/velocidades/espacos diferentes e não conseguem se comunicar; em outra, os habitantes mais ricos moram em uma zona muito elevada, em relação ao nível do mar, para envelhecer mais lentamente do que os habitantes pobres que moram nos vales, mas os habitantes pobres são, fisicamente, densos e os ricos são ralos, superficiais.

No entanto, todas essas idéias de tempo existem nos campos da física, da filosofia e da psicologia.

Podemos dizer que as pessoas se movem em tempos diferentes quando identificamos a ausência de uma memória coletiva.

A memória é coletiva quando as memórias individuais se comunicam em espaços públicos de memória. Os espaços públicos de memória são os registros individuais e coletivos preservados em formatos duráveis, passíveis de passarem de geração a geração. Até mesmo uma oração transmitida apenas por tradição oral participa da memória coletiva se for preservada a prática de sua transmissão. É preciso comunicação, consciência de valor e preservação da forma e, ou ao menos, do conteúdo do registro, de pai para filho, para que sobrevivam memórias coletivas.